POR OUTROS ESPAÇOS DO CANGAÇO: O CANGACEIRO CHICO PEREIRA E A CONSTRUÇÃO DE UMA “MEMÓRIA MALDITA” (1924-1928)¹

Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento²

Francisco Pereira Dantas nasceu por volta dos idos de 1900, na fazenda Jacú, no distrito de Nazareth (hoje município de Nazarezinho), pertencente à comarca de Sousa (Paraíba). Filho do casal formado pelo “Coronel” João Pereira da Silva e Maria Egilda Dantas, teve como irmãos Abdias Pereira, Aproniano Pereira e Abdon Pereira. E como irmãs, Angelina, Maria e Hosminda Pereira Dantas, contando também com uma “meia-irmã” por nome Vânia Secundina Dantas, filha da aliança anterior de Dona Maria Egilda, que era viúva quando se casou com o “Coronel” João Pereira da Silva (CARDOSO, 1996. p. 18-19). Filho de proprietário rural com patente de “coronel”³ pela guarda nacional e delegado de polícia na então vila de Nazareth, Francisco Pereira Dantas assistiu a ascensão econômica e política do seu genitor, cuja influência já começava a se expandir até a cidade de Sousa e povoados circunvizinhos.

Na sede do poder municipal, em Sousa, a disputa era travada por dois grupos. Os *Urucubacas*, encabeçados pela tradicional família dos Gomes de Sá, na pessoa do patriarca José Gomes de Sá (nomeado prefeito entre os anos de 1904 – 1906) e de seu descendente, João Alvinho Gomes de Sá (prefeito entre 1915 – 1924)⁴. Esse grupo político contava ainda com as alianças da família Pires de Sousa e dos Pereiras de Nazareth. No lado oposto, estavam os *Bacuráus*, liderados pela também tradicional família Mariz, encabeçada pelo Dr. Antônio Marques da Silva Mariz e seu filho, Dr. Otávio Mariz, juntamente com seus principais correligionários, os coronéis Manoel Gonçalves de Abrantes (povoado de Lastro) e João Ferreira Rocha (São Gonçalves).

Para situar o leitor (a), no período da chamada “República Velha”, ou “República dos Coronéis”, as instâncias dos poderes (municipal, estadual e federal) mantinham o que Jannotti (1986) chamou de “política de compromissos”. Uma cultura política permeada pelas práticas do mandonismo local exercidas pelos principais chefes latifundiários, denominados de coronéis. Tais lideranças alimentavam o sistema político da Primeira República injetando os votos dos seus moradores nos candidatos da sua rede de alianças, atividade que ficou conhecida como *voto de cabresto*. Após a vitória do seu candidato, o coronel era beneficiado com cargos públicos e usufruía de fortes autonomias em todos os setores da sociedade⁵. Ao mesmo tempo, recebia do poder estadual e federal a mão protetora para legitimar as fraudes nas eleições municipais, possibilitando a manutenção do mandonismo local por seu aliado e a impossibilidade de vitória dos grupos opositores (que na maioria dos casos não existiam).

A cidade de Sousa era um exemplo desse sistema, uma vez que os grupos políticos se confrontavam com mais efervescência no âmbito local, buscando sempre estarem ligados

¹ Este trabalho foi resultado das discussões do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Cultural (GEPHC), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CFP). Orientado pelo Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG-CFP).

² Graduado em História, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CFP), e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Cultural (GEPHC).

³ Segundo Janotti (1984), a patente de coronel, uma das mais valorizadas, deixou aos poucos de ser atrelada às funções militares do exército e passou, popularmente, a ser empregada para distinguir os chefes políticos. Conferir em: JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 3. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984. p. 24.

⁴ Informações obtidas no livro da escritora memorialista sousense, Julieta Pordeus Gadelha. Cf: GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A união, 1986, p. 100-101.

⁵ Não é difícil perceber que essas práticas ainda permanecem na política brasileira, com outra roupagem, em outro tempo, com novos personagens, mas com o mesmo objetivo: a manutenção do poder e dos privilégios dos descendentes desses chefes políticos de outrora.

tanto ao governo estadual quanto ao federal. Os dois blocos familiares sousenses e seus respectivos aliados lutavam para garantir os benefícios e privilégios que chegavam do litoral. Entre eles, destaca-se o projeto de açudagem, com a construção da barragem do açude de São Gonçalo, promovida pelo Presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa, que permaneceu no poder de 1919 até 1922. Essa construção foi liderada pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) com o objetivo de amenizar as fortes estiagens típicas do semiárido paraibano.

As terras de São Gonçalo, em sua grande maioria, pertenciam ao Coronel João Ferreira Rocha que, após o início da construção da barragem, viu sua antiga propriedade rural sendo transformada em açude e logo depois em vila. Um contingente populacional se formou na medida em que a firma norte-americana Dwight P. Robison & Cia, iniciou os trabalhos, no ano de 1921. Um lento processo de modernização e urbanização chegou a São Gonçalo e, com ele, trabalhadores de todas as partes do Nordeste em busca de emprego na construção da barragem.

João Ferreira Rocha reivindicou aos seus correligionários de Sousa (os Mariz) o cargo de delegado da nova vila e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolver um mandonismo no espaço que, com o projeto de açudagem, prometeria ser o mais próspero do município. Foram construídos barracões para vender alimentos e produtos simples aos trabalhadores e moradores que ali se fixaram. De imediato, João Ferreira Rocha e o patriarca da família Pereira em Nazareth, João Pereira da Silva, estabeleceram os seus barracões. Era o começo de uma luta entre duas famílias que objetivavam dominar economicamente e politicamente (uma vez que eram adversários políticos em Sousa) a região de São Gonçalo.

O saldo desse embate foi o assassinato de João Pereira da Silva, no dia 11 de setembro de 1922. Ao final da tarde, chegaram quatro homens (Zé Mutuca, Campineiro, Chico Dias e Zé Dias) armados de rifles no seu comércio, na vila de Nazareth. Dos quatro, apenas Zé Dias escapou, passando a viver foragido da polícia. Segundo Oliveira (2009), como resposta a inércia da polícia, Francisco Pereira Dantas, decidiu prender o assassino do pai, mas, por ordem judicial, Zé Dias foi solto. Francisco Pereira Dantas não esperou muito e, durante o mês de outubro de 1923, assassinou Zé Dias no canteiro de obras do açude de São Gonçalo. Tempos depois, mesmo absolvido pelo tribunal de Júri, com o argumento de que estava sendo jurado de morte pelos inimigos políticos (João Ferreira Rocha e o Dr. Otávio Mariz) de seu pai, Francisco Pereira Dantas entrou para o cangaço.

O jovem Francisco Pereira Dantas passaria a ser o cangaceiro Chico Pereira e sobre o seu corpo⁶ se inscreveria uma “memória maldita”⁷ produzida pelos jornais, processos crimes e pelos interesses dos grupos políticos que disputavam o poder na Paraíba. Escritas, palavras, com vontades de verdades que, ao dizer sobre o corpo incriminado, sem perspectivas de voltar para a “normalidade social”, criam e estabelecem um lugar marginalizado sobre o outro para atender as suas subjetividades. Chico Pereira era vestido do mais destacado cangaço no estado e, por isso, suas ações deveriam ser mapeadas, decifradas e combatidas. Era dada a largada

⁶ O corpo não é entendido aqui como *organismo, físico, carne, matéria*. Estou trabalhando a ideia de corpo para além dos limites materiais, palpáveis e para além do físico. Trabalho corpo como um empreendimento múltiplo, plural, inscrito em redes de sentidos. Para tanto, consulte: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012; CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

⁷ Trabalho a ideia de “memória maldita” a partir do trabalho de dissertação defendido na Universidade Federal de Pernambuco, em março de 2000, pela historiadora Auricélia Lopes Pereira. Essa “memória maldita” foi construída e disseminada pela produção midiática governamental (jornais, processos crimes e documentos policiais) como também pelas biografias de Lampião e memórias de integrantes das volantes que perseguiam os cangaceiros. Para uma melhor compreensão, ler: PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do Cangaço e os vários Lampiões**. 2000. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2000. 313p.

para a produção de uma memória cangaceira negativada, destaco-se três momentos: o ataque à cidade de Sousa (1924); as incursões ao Estado do Rio Grande do Norte (1926-27) registrada pelos jornais, e um processo criminal (Acari - 1927); e o uso do seu corpo pelos grupos políticos da Paraíba.

Dia 27 de julho de 1924, era madrugada de domingo na cidade de Sousa, no sertão do estado. O dia amanhecia frio e nebuloso e com os sousenses “ilhados”, pois os fios telegráficos já haviam sido cortados. O clima de medo e tensão corria as ruas com as primeiras notícias que a cidade estava sendo invadida por grupos de cangaceiros. Era os grupos de Chico Pereira e Lampião. Este último, na ocasião, foi representado pelos seus irmãos, Antônio e Levino⁸.

O contingente militar na cidade contava com vinte homens, sendo dez soldados locais, comandados pelo sargento Polônio; e mais dez vindos da cidade de Pombal um dia antes, comandados pelo Tenente Salgado. Apesar de ser um número significativo para a época, o serviço desses militares sofria com a falta de produtos bélicos e com a pouca experiência em combates. Não tardou o som dos primeiros tiros das armas dos cangaceiros para os policiais se embrearem na caatinga, deixando a cidade totalmente *desprotegida*. Seguindo o mesmo fluxo evasivo, a família Mariz (os principais inimigos políticos de Chico Pereira) procurou refúgio no povoado de Lastro, onde ficaram protegidos pelos jagunços do correligionário Manoel Gonçalves de Abrantes.

Em Sousa, às pessoas deixaram suas casas para protegerem seus filhos e filhas, fazendo de tudo para resguardarem suas joias e bens. Os que ficaram presenciaram, aproximadamente, 73 cangaceiros varrerem as ruas da cidade por longas horas. O Juiz de direito da comarca, Arquimedes Souto Maior, foi acordado com a visita do cangaceiro Paizinho (que anos atrás havia sido condenado à prisão por esse Juiz) que lhe arrastou, ainda de pijama, pela principal rua da cidade, impondo-lhe as piores humilhações e violências. Foi resgatado, horas depois, pelos familiares e amigos que conseguiram pagar o valor de quinhentos mil réis para a libertação do refém.

A escritora sousense Julieta Pordeus Gadelha, em seu livro *Antes que ninguém conte*, concluiu assim o ataque dos cangaceiros àquela cidade:

Em Sousa, os cangaceiros não realizaram nada que se identificasse com ato de defesa ou de justiça. Apenas judiaram, depredaram, arrancaram brincos de ouro das orelhas das mulheres, roubaram dinheiro e joias de pessoas que antes tinham de confirmar se pertenciam ou não à família do Dr. Antônio Mariz (GADELHA, 1986, p. 148-149).

O escritor romancista José de Abrantes Gadelha, no livro *Sangue, terra e pó*, também registrou o ataque dos cangaceiros em Sousa, assim descrevendo as ações: “A roubalheira se estendia alarmante, avassaladora. De nada valendo os rogos, às súplicas. A comandita maldita continuava desenfreada pelo torpor embriagante da cachaça – rolando de boca em boca, das garrafas abertas a ponta de punhais” (GADELHA, 1983, p. 31-32). Ambos os autores escreveram baseados nas memórias dos seus familiares (os Gadelhas), que pertenciam ao grupo político dos Mariz. Dessa forma, seus escritos buscaram lembrar que essas famílias foram perseguidas, humilhadas, mas não abandonaram o objetivo dos “grandes homens”: lutar contra os malfeitores que, por motivos políticos, atacavam a cidade. Esse interesse familiar ficou claro quando José de Abrantes Gadelha tentou responder, em um esforço explicativo, o que provocou a invasão dos cangaceiros:

⁸ Lampião não esteve presente em Sousa, pois, durante todo mês de junho e julho, permaneceu acoitado na propriedade do Coronel Marçal Diniz (poderoso líder político da região de Triunfo, Pernambuco), chamada Patos da Baixa Verde, recuperando-se de um ferimento no pé que quase lhe tirou a vida, em um combate no dia 26 de março de 1924.

E o ataque a cidade, o que fora? Nada mais do que uma crise política, planejada e organizada pelos Urucubacas – dominantes na época, cujo desprestígio por parte dos construtores da barragem de São Gonçalo, medrara ainda mais ódios e rancores aos Bacuraus [...] entregues aos pensamentos, rumava Otávio Mariz a Lastro, de onde só voltaria para revidar o ataque desaforado dos Urucubacas, cujos crimes estavam sendo praticados contra amigos e correligionários seus, pelos temíveis cangaceiros (GADELHA, 1983, p. 30-31).

As ações dos cangaceiros foram atribuídas por esses escritores ao grupo político do prefeito João Alvinho Gomes de Sá (Urucubacas), aliado político do pai de Chico Pereira. Pode-se perceber que, sobre esse acontecimento existiam interesses políticos dos grupos que disputavam o poder local, sendo usado como mecanismo de glorificação familiar e partidária, a partir da heroicização de personagens ligados à família Mariz⁹ e a culpabilidade dos seus adversários que ainda mantinham relações com os Pereiras de Nazareth. Com isso, os atos de Chico Pereira e os demais cangaceiros em Sousa foram explorados pelos interesses do grupo opositor, com o objetivo de denegrir seus adversários e tomar as rédeas do poder. Portanto, manter qualquer tipo de relação com Chico Pereira passaria a representar o lugar do nefasto, do obscuro, do maldito.

Se em Sousa havia a necessidade por parte de um grupo de lembrar os acontecimentos do dia 27 de julho de 1924, o mesmo não acontecia com o governo do Estado que buscou silenciar ao máximo o ocorrido. O principal veículo midiático do governo, o jornal *A União*¹⁰, publicou apenas uma matéria, dois dias depois do ataque, com o seguinte título: “Um grupo de cangaceiros ataca a cidade de Souza”. Destaco aqui uma parte da notícia:

Ante-hotem, pelas 4 e meia horas, um numeroso grupo de cangaceiro atacou a cidade de Souza, conseguindo vencer a resistência que se ofereceu [...] esses facínoras, dirigidos por Lampião, foram unir-se a Chico Pereira no município de Souza [...] não temos, até ao escrever estas linhas, pormenores do ataque, parecendo que houve surpresa pelo menos quanto á hora, pois Souza é uma cidade de animada população, a qual poderia, unida oppôr defesa aos 40 cangaceiros de que se comporá o grupo. As notícias desse assalto, a Souza vieram ao Sr. Presidente do Estado em telegrama de Pombal, onde chegaram o tenente Salgado e o Juiz daquela Comarca dr. Archimedes Souto-Maior, cuja residência foi das primeiras ocupadas e saqueadas [...] (A UNIÃO, 29 de julho de 1924 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 107)¹¹.

O jornal *A União* escolheu destacar a revolta tenentista paulista de 1924. A mesma percorreu quase todo mês de julho e tinha como objetivo tomar a cidade de São Paulo para depois destituir Artur Bernardes da Presidência da República. Mas quais eram os interesses dessa escolha? Por que dar ênfase a uma revolta em São Paulo e tentar silenciar o ataque dos cangaceiros a cidade de Sousa? Primeiramente, é importante ressaltar que *A União* sempre evitou escrever sobre o cangaceirismo no sertão do estado, pois a ideia era criar um sentimento de segurança e controle com relação à luta contra os cangaceiros por parte do governo. Em segundo, o presidente Sólon Lucena (1920 – 1924) assim como o seus sucessores, fez uso da escrita do jornal para criar uma imagem em torno do combate ao banditismo na Paraíba, portanto, as movimentações dos grupos de cangaceiros caíam no lugar

⁹ No caso da narrativa de José de Abrantes Gadelha, o seu avô materno, o Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes, foi representado como um herói que ouviu as súplicas de seus aliados políticos em Sousa e organizou um contingente de homens para defender a cidade. A isso deu o nome *Em defesa de uma cidade*, a um dos capítulos do seu livro. Já em Julieta Pordeus Gadelha, o fato é narrado tendo como foco principal seus familiares: Major Gadelha e Tosinho Gadelha, ambos lutando para apaziguar os corpos malditos que arrastavam a cidade em ondas de terror.

¹⁰ De acordo com Mello (2002), o jornal *A União* foi fundado em 1893, como resultado da união dos grupos liberais e conservadores do Partido Republicano na Paraíba.

¹¹ Uso a grafia original dos jornais.

do não dito pela *A União*. Sendo assim, a preocupação dada à revolta dos tenentes paulistas não deixou de ser também um esforço para esquecer a insegurança e a vergonha provocada pelo ataque em Sousa.

Preocupado em dar uma resposta a população e principalmente a seus correligionários sousesenses, Sólon Lucena buscou mostrar através das páginas de *A União* que o governo estava firme na luta para prender e punir os envolvidos. Naquele momento, para quem o cangaço ganhava as páginas do jornal não para mostrar as ações dos cangaceiros, mas para se construir um discurso de combate efetivo pelo estado. Durante o mês de agosto de 1924, várias matérias foram publicadas, ressaltando a luta do presidente Sólon Lucena contra os grupos que invadiram Sousa.

No dia primeiro de agosto de 1924, o jornal *A União* publicou o artigo: “A última incursão de cangaceiros no interior”, noticiando:

As últimas notícias sobre os acontecimentos do interior informam que a população está confiante na ação do governo, que tem sido das mais prontas e eficazes. No encalço do grupo que atacou a cidade de Souza foram despachados três contingentes de polícia deste Estado e do Ceará e do Rio Grande do Norte. Contam ainda as forças em operação com o auxílio do deputado José Pereira, que já se acha em campo com 60 homens em armas. Os bandoleiros, conforme telegrama do sr. Demócrito d’Almeida para o chefe do executivo parahybano, teriam tomado o rumo de S. José de Piranhas, cujo destacamento foi reforçado, de maneira a resistir a qualquer tentativa de assalto á Villa por parte dos malfeitores [...] (A UNIÃO, 01 de agosto de 1924 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 109).

No dia seguinte, outra notícia sobre o “Cangaceirismo – os últimos acontecimentos de Souza” foi divulgada pelo jornal: “Prosseguem no sertão as diligências contra o grupo que atacou há dias a cidade de Souza [...]” (A UNIÃO, 02 de agosto de 1924 *apud* OLIVEIRA, 2009. p. 109). Já no dia 12 de agosto o jornal trouxe “Os acontecimentos de Souza. Providências do governo. A dispersão do grupo. Alguns cangaceiros presos”¹². Preocupado em afastar a ideia de um Estado inerte e inseguro, como também sanar as feridas que os cangaceiros deixaram em Sousa, o presidente Sólon Lucena continuou seu projeto para reforçar a ideia de luta e perseguição ao banditismo, registrando em *A União* que “*O bando de malfeitores chefiados por Francisco Pereira e Lampeão, continua perseguido pela nossa polícia*”¹³.

Segundo Oliveira (2009), após o saque, por volta das três horas da tarde do mesmo dia, com as notícias de que uma volante policial partiria da vizinha cidade de Cajazeiras, os cangaceiros requisitaram caminhões para sair de Sousa e voltarem para o ponto de encontro antes do ataque, à fazenda Jacú. Lá permaneceram escondidos pelos serrotes, até se subdividirem em vários grupos, partindo em retirada na direção do estado de Pernambuco. No percurso, vários enfrentamentos foram registrados e Chico Pereira seguiu para servir com seus homens ao grupo de cangaceiros mais conhecidos e temidos do país.

Depois de fazer parceria e seguir por alguns tempos o grupo de Lampeão, o nome de Chico Pereira ganhou destaque nos jornais e a construção do corpo criminoso se disseminou por quase todos os estados do Nordeste, passando a ser postulado com um dos principais cangaceiros da Paraíba, entre os anos de 1924 - 1928. No dia 10 de novembro de 1925, o *Jornal do Recife* mapeou os enalços dessa parceria: “[...] Chico Pereira estava hotem escondido, com 20 homens armados esperando o grupo de Lampeão [...]” (JORNAL DO RECIFE, 10 nov. 1925). Os jornais *O Sítia*¹⁴ (Ceará) e *A Província* (Pernambuco) também

¹² A União, 12 de Agosto de 1924. p. 1.

¹³ A União, 20 de Agosto de 1924. p. 2.

¹⁴ Publicou uma matéria no dia 20 de dezembro de 1925, intitulada: “Guerra de Morte ao Banditismo”.

escreveram sobre a atuação de Chico Pereira ao lado de Lampeão. Porém, foi a partir de 1927 que os jornais começaram a divulgar com maior intensidade o nome de Chico Pereira.

O periódico *O Jornal* do Rio de Janeiro, registrou pelo menos três matérias no ano de 1927. A primeira destacando um ataque a um povoado paraibano: “telegramas anunciam que “Lampeão” e Chico Pereira atacaram o povoado de Belém, no estado da Parayba, no extremo da fronteira com este estado (Rio Grande do Norte)¹⁵, ameaçando os municípios de Luiz Gomes e Alexandria” (O JORNAL, do Rio de Janeiro, 18 de maio. 1927). Sete dias depois publicou uma nova matéria envolvendo Chico Pereira, expondo o seguinte conteúdo:

O BANDIDISMO NO NORDESTE EFFICAZES AS PROVIDENCIAS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA COMBATELO a providencia efficaz do governo do Rio Grande do Norte, augmentando o effectivo da força publica a fim de guarnecer as fronteiras produziu os melhores resultados. Assim, foi evitado a incursão dos grupos chefiados por Chico Pereira e “Lampeão”. O primeiro, está sendo processado por crimes neste estado e assoalha vingar-se (O JORNAL, 25 de maio. 1927).

A terceira notícia foi publicada meses depois com o título: *O Banditismo no Nordeste*: “[...] de Pombal informa que no começo da semana passada foi ali cercado por uma força de policia o bandido Chico Pereira. Depois do violento tiroteio, o criminoso conseguiu romper o cerco e fugir. Morreu na luta um soldado de policia [...]” (O JORNAL DO RIO DE JANEIRO, 25 de out. 1927). O também Jornal carioca *A Gazeta de Notícias*, destacou um assalto à cidade potiguar de Apodi:

UMA CIDADE SAQUEADA: O BANDOLEIRO CHICO PEREIRA EM APODY. Acabam de chegar noticias de que o celebre bandoleiro Chico Pereira, á frente de vinte bandidos ivandiu e saqueou a cidade do Apody, no R. Grande do Norte, cujo governo agiu imediatamente, mandando uma força policial de 200 praças effectuar a perseguição e desbaratamento do bando de malfeitores (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de maio. 1927).

Mostrando-se preocupada com a situação do Nordeste frente ao cangaço, *A Gazeta de Notícias*, pediu ao governo federal que procurasse ajudar da melhor maneira possível os estados dessa região. Nesse apelo, Chico Pereira já foi colocado como um dos principais problemas desse fenômeno rural: “[...] Chico Pereira e Lampeão voltaram ás tropelias de sempre. Porque não se resolve o governo federal a estudar esse caso, prestando aos Estados nordestinos o amparo que elles precisam?” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de maio. 1927). As narrativas sobre Chico Pereira não pararam por aí. Meses depois, o mesmo periódico, demonstrou um fascínio por essa personalidade do cangaço, buscando decodificar sua índole, estilo e gostos. Por isso, lhe foi reservado um espaço considerável no jornal com o título: *Os Bandidos do Nordeste – A audacia de Chico Pereira*:

[...] Tem sempre algo de interessante o estudo da psicologia dos bandidos. Não nos propemos a fazel-o aqui, comtudo queremos destacar hoje a personalidade estranha do cangaceiro Chico Pereira [...] Chico Pereira é um admirador dos herões do Far-West americano. Usa chapéu de abas largas, pistola cinta, pesadas cartucheiras, lenço vermelho ao pescoço, tudo misturado com o muito nortista punhal e bordadas alpercatas. Monta admiravelmente o gosto pelas situações difficeis, parecendo até haver escolhido a vida do cangaço pelo prazer dos arriscados desportos [...] Este Chico Pereira parece que já trabalhou em fita de série (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 de nov. 1927).

¹⁵ Grifos nossos.

Ainda sobre a produção da memória criminosa, os processos criminais também escreveram arranhões nos corpos dos cangaceiros, deixando marcas, rastros a partir do poder de incriminar e estabelecer um lugar sobre o outro. Chico Pereira respondeu por vários deles, mas destaco aqui o processo de Acari, no Rio Grande do Norte.

No dia 01 de fevereiro de 1927, entre as dez e onze horas da noite, o Coronel Joaquim Paulino de Medeiros (conhecido como Quincó da Ramada) observou um vulto que circulava no alpendre da sua casa, no sítio Rajada, município de Acari. Eram quatro homens, sendo três vestidos de calça e paletó e um vestido a militar, portavam três rifles e um revólver *Smith & Wesson*. Quando surpreendidos pelo filho do Coronel Quincó (Jaco Medeiros) argumentaram que faziam parte da força policial que estava em diligência à procura de um bandido que havia feito um roubo na vizinha vila de Parelhas. Sendo assim, os homens foram convidados para adentrarem a residência e, nesse momento, anunciaram que se tratava de um assalto. Joaquim Paulino de Medeiros era conhecido por suas posses e os assaltantes levaram uma grande quantidade em dinheiro, joias, ouro e outros objetos de valor, além de destruírem alguns móveis da casa.

O anonimato dos envolvidos durou pouco. Dias depois foi preso na delegacia de Jardim do Seridó um indivíduo por nome de Antônio Jerônimo (Antônio Chofer). O mesmo confirmou que fizera parte do crime, juntamente com Chico Pereira, Aproniano Pereira (irmão de Chico) e um rapaz chamado de Marcionillo¹⁶. Essa é a versão da justiça sobre os envolvidos no assalto à fazenda Rajada, que teve como fonte principal os depoimentos de Antônio Jerônimo. É certo que os outros acusados não chegaram a se defender, como por exemplo, Chico Pereira, que teve sua vida tirada quando este era encaminhado ao júri em Acari. A morte de Chico Pereira se constituiu como o último pedestal que consolidou a “memória maldita”, agora produzida para atender aos ideais dos grupos políticos paraibanos que disputavam o poder. Para compreender esses interesses, convido o amigo leitor (a) para continuar acompanhando os mecanismos de construção da “imagem negativada” do personagem estudado.

Os motivos da morte de Chico Pereira estão atrelados à crise política que viveu a Paraíba entre os anos de 1926-1928. Faz-se necessário lembrar que, desde 1915, esse estado vivia sobre o domínio da oligarquia de Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa, exercendo seu mandonismo a partir da indicação dos nomes dos presidentes de Estado que iriam assumir o governo da Paraíba em mandatos de quatro anos¹⁷. Mas a dominação do epitacismo começou a ser colocada em cheque quando João Suassuna (nomeado pelo próprio Eptácio) chegou ao cargo de presidente da Paraíba, em 1924. De acordo com Mello (2002), João Suassuna mostrava pouca disposição para a coisa pública, passando mais tempo fora do palácio do que neste. Seu governo ficou marcado pela liberdade gozada pelos chefes políticos em suas localidades, tendo o governo atuado como parte das disputas locais, fazendo da justiça a principal ferramenta partidária para garantir as eleições dos poderosos. Suassuna assumiu uma postura tradicional de um coronel sertanejo no poder.

Nesse período, favorecido pela lentidão da presidência do estado, o cangaço floresceu com ímpeto e as queixas começaram a chegar com mais frequência até o Ministro do Supremo Tribunal Militar, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, no Rio de Janeiro; e ao chefe da oligarquia paraibana, Eptácio Pessoa. Contudo, Suassuna começou a articular a própria sucessão com a intenção de romper com o epitacismo e criar sua própria força política

¹⁶ Para título de informação, o processo de Acari foi recentemente publicado em formato de livro pela coleção de processos-crimes do cangaço, organizada pelo pesquisador Paulo Medeiros Gastão. Ver: GASTÃO, Paulo Medeiros; MARQUES, Elane. **Acary e o Processo de Chico Pereira**. Mossoró: Editora IGRAMOL, 2014.

¹⁷ Os presidentes colocados por Eptácio foram: Antônio Pessoa (1915-1916); Camilo de Holanda (1916-1920); Solón Lucena (1920-1924); João Suassuna (1924-1928); João Pessoa (1928-1930). Consultado em: MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 10. ed. João Pessoa: A União, 2002. p. 146.

na Paraíba. Com isso, planejava indicar seu chefe de polícia, Júlio Lyra, para a presidência e os coronéis José Pereira de Princesa e José Queiroga de Pombal para a primeira e segunda vice-presidência do estado (a chamada chapa dos três Jotas). Epitácio Pessoa, nos planos de Suassuna, passaria a ser uma figura simbólica. Mas, vendo que o seu poder estava ameaçado, o patriarca da oligarquia decidiu intervir junto ao governo federal e indicar o seu sobrinho para a sucessão da presidência paraibana (MELLO, 2002, p. 170-174).

Do Rio de Janeiro, os Pessoas usaram os jornais para criticarem o governo de Suassuna, e o principal foco era o suposto apoio que o presidente dava aos cangaceiros, sobretudo a Chico Pereira. Novamente, se inscreviam interesses sobre o corpo desse indivíduo. Dessa vez, essas inscrições culminaram com a morte do corpo que foi dito pelos outros como “maldito”. Destaco a seguir os periódicos (encabeçados principalmente pelos Pessoas) que ajudaram na divulgação das possíveis ligações entre João Suassuna e Chico Pereira.

Já em 1926, o jornal *A Manhã* (Rio de Janeiro) publicou a seguinte matéria:

COMO SE COMBATE O CANGACEIRISMO NA PARAYBA: CHICO PEREIRA “PERSONA GRATA” DOS PODEROSOS DO DIA... [...] o cangaceiro Chico Pereira, saqueador de Souza, deflorador de Cajazeiras, assassino de Nazareth, andou o ano passado, em companhia dos sobrinhos do presidente do Estado, passeando em automovel por esta villa do Catolé do Rocha, terra natal do presidente Suassuna [...] Chico Pereira dahi sahia em companhia de pessoas da família presidencial, para transitar pelas fazendas dos adversarios politicos do presidente, com o fim de intimidar-os [...] (A MANHÃ, 02 de jun. 1926).

Em 1927, o jornal *Imparcial* (Ceará) divulgou uma carta de um dos seus redatores do estado da Paraíba, que fazia oposição ao suassunismo através dessas linhas:

OS HORRORES DO SUASSUNISMO. Peço-vos guarida em o vosso conceituado jornal, para, mais uma vez, trazer á luz da publicidade como se faz justiça na hoje infeliz Parayba, que tem a desdita de ser governada por um homem prepotente e arbitrário, que tratando somente de politicagem baixa os olhos aos desmandos de seus correligionarios, e fica indiferente aos suplicios e danos causados a seus adversarios. [...] Satisfeito deve estar Chico Pereira, que mata, rouba, incendeia, estupra, sahindo, de automóvel, do interior da Parayba, para as suas constantes investidas no Rio Grande do Norte, voltando depois para a fazenda as fazendas “Acaua” ou “Volta”, ambas de propriedade dos irmãos Suassuna! (O IMPARCIAL, 27 de jul. 1927).

Mesmo conseguindo vetar a chapa de João Suassuna, Epitácio Pessoa e João Pessoa não pararam de divulgar na imprensa textos que apontavam para o descaso e para a desmoralização do governo Suassuna. É importante destacar que João Pessoa assumiu o papel de moralista encarregado de moralizar a política paraibana marcada pelas ligações com o cangaceirismo. Para além desse discurso moralista que incriminou o corpo de Chico Pereira, estiveram os interesses da família Pessoa na tentativa de assegurar o domínio da oligarquia Epitacista na Paraíba. Portanto, João Pessoa coloca-se como o político “moderno” que iria acabar com as “velhas” práticas políticas representadas por João Suassuna e seus aliados. Nesse jogo de disputa pelo poder, o corpo de Chico Pereira foi inscrito como “maldito” para atender aos interesses dos projetos políticos da oligarquia Epitacista.

Após a confirmação que João Pessoa seria o novo presidente da Paraíba, o jornal *Diário Carioca* (Rio de Janeiro) deu destaque à *rebeldia* de João Suassuna e suas ligações com Chico Pereira, mostrando que suas ações eram dignas do ostracismo e de ficar desempregado sem o apoio de Epitácio Pessoa:

PORQUE QUIZ DAR POR TERRA COM O SR. EPITÁCIO E PORQUE FOI PROTECTOR DE CANGACEIROS, VAE FICAR SEM EMPREGO, EM PLENO E DURO OSTRACISMO, O SR. JOÃO PESSOA. [...] como administrador, o sr. Suassuna andou mal. Foi, por exemplo, como o sr. Moreira da Rocha, no Ceará, um grande protector do cangaceirismo que o diga o celebre fascinora Chico Pereira, chefe de bandidos e companheiro de “Lampeão” [...] (DIÁRIO CARIOCA, 12 set. 1927).

Em resumo, Chico Pereira foi usado pelos projetos políticos do epitacismo que, com receio de perder as rédeas da sua oligarquia, se aproveitou do indivíduo incriminado para manter seu domínio. Com isso, a “memória maldita” chegava a seu estágio máximo de construção, mas não pararia ali. Como o plano de João Suassuna não chegou a ser consolidado, só lhe restava salvar a sua carreira política buscando se desvincular das críticas para “purificar” seu nome. O primeiro passo era silenciar os discursos que o colocavam como protetor de Chico Pereira. O meio usado foi a “queima de arquivo”. Em outras palavras, a morte do “corpo maldito” que havia sido atrelado ao seu.

No dia 22 de outubro de 1928, João Pessoa tomou posse como o novo presidente do estado. O principal motivo da sua indicação pelo seu tio Epitácio era o trabalho de desmonte que o mesmo deveria efetuar contra o grupo liderado por Suassuna e José Pereira, que ainda contava com muitos adeptos graças à consolidação das relações de compromissos que foram estabelecidas durante o seu governo. Segundo Mello (2002), no Rio de Janeiro, João Pessoa confessou a José Américo que iria para a Paraíba “dar uma vassourada”. Tal atitude começou com o discurso de posse, no qual declarou guerra ao cangaceirismo e aos seus protetores, levando a polícia a vasculhar propriedades a procura de armas que abasteciam o cangaço. Esse discurso foi direcionado a João Suassuna e José Pereira de Princesa, reafirmando os interesses de Epitácio Pessoa em enfraquecer o poder desse grupo.

Saindo da cerimônia às pressas, João Suassuna começou a articular a eliminação do “corpo maldito” que tanto lhe causara críticas. Chico Pereira já havia sido detido no dia 06 de agosto de 1928, quando participava das comemorações da festa da padroeira na cidade de Cajazeiras. Em seguida, foi recambiado até Pombal, informado pela Força Pública que, de lá, iria para a cidade de Princesa Isabel responder o processo pela morte de um indivíduo chamado Pierre de Sousa. Após passar nove dias em Pombal, Chico Pereira foi para a cadeia de Patos, e de lá, seguiu para Santa Luzia, onde seria entregue à justiça do Rio Grande do Norte. Tudo previamente arquitetado por João Suassuna com seu aliado Juvenal Lamartine, Presidente do Rio Grande do Norte¹⁸.

De acordo com Guerra Filho (2001), por volta das 21 horas do dia 24 de agosto de 1928, a escolta chegou à cadeia de Acari, onde Chico Pereira passou cinco dias detido e depois foi enviado para a Casa de Detenção, em Natal, lugar que passaria os três últimos meses de vida. Juvenal Lamartine designou que o seu “cão de guarda”, o Tenente Joaquim de Moura, não deixasse Chico Pereira chegar ao júri em Acari. E assim foi feito: a justiça determinou que no dia 29 de outubro de 1928, Chico Pereira responderia ao júri em Acari.

No dia 28 de outubro, por volta das 4 horas da manhã, no caminho de volta para Acari, na Fazenda Maniçoba, a 10 km da cidade de Currais Novos, o Tenente Joaquim de Moura mandou parar o carro, simulando defeito. Além do Tenente, faziam parte da escolta o 3º Sargento Genésio Cabral de Lima (motorista), o 2º Sargento Luís Auspício, o Cabo, Feliciano Tertuliano e o 3º Sargento, Basílio. Chico Pereira estava algemado e foi removido do carro

¹⁸ A isto, o pesquisador Honório Medeiros chamou de “pacto dos governadores” para eliminar Chico Pereira. De um lado, João Suassuna, com o interesse de limpar o seu nome politicamente; já Juvenal Lamartine, estava interessado em servir ao correligionário, como também “queimar” o homem que era acusado de vários saques no seu estado. Disponível em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2014/07/o-pacto-dos-governadores-para-eliminar.html>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

sobre fortes pancadas de rifle na cabeça. Era o começo da tortura que só encerraria com o ato final, o atropelamento bárbaro do corpo de Chico Pereira¹⁹ (GUERRA FILHO, 2011. p. 104-105).

Era seu fim, seu último suspiro! O “corpo maldito” precisou ser morto para salvar o nome de um político que, intencionalmente e a todo custo, tentou silenciar sua relação com o cangaceirismo, a título de garantir sua carreira política. Alvo de múltiplos interesses, Chico Pereira teve sua vida rompida aos 28 anos de idade, deixava sua esposa Jardelina Nóbrega viúva, aos 17 anos, com três filhos pequenos e uma “memória maldita” para ser enfrentada pela família.

Com isso, é importante enfatizar como as práticas políticas possibilitaram o surgimento dos cangaceiros no sertão nordestino, e como os jogos de poder disputados pelas elites contribuíram para as representações jornalísticas e, conseqüentemente, para a fabricação de uma “memória maldita” para o cangaceiro Chico Pereira. Portanto, as inscrições que marcaram o corpo de Chico Pereira como “maldito” foram movidas por diversos interesses, sobretudo políticos. Essas inscrições, permeadas pela vontade de verdade, falam muito mais de quem as inscreveram do que do corpo *capitalizado*!

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FILHO, Adauto. **O Seridó na Memória do povo**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012
- GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A união, 1986.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 3. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 10. ed. João Pessoa: A União, 2002.
- NÓBREGA, Francisco Pereira da. **Vingança, não: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste**. São Paulo: Livraria Freitas Basto, 1960.
- Medeiros, Paulo; MARQUES, Elane. **Acary e o Processo de Chico Pereira**. Mossoró: Editora IGRAMOL, 2014.

¹⁹ O cadáver foi levado para a delegacia de Currais Novos. Chico Pereira foi sepultado ao fim da noite do dia 28 de outubro de 1928, em uma procissão a luz de vela (não havia energia elétrica), no cemitério daquela cidade. Atualmente, no lugar onde foi enterrado Chico Pereira, se ergue o túmulo de Dona Rozita de Sousa Coelho. Informações retiradas do livro: GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na Memória do povo**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 2001.

PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do Cangaço e os vários Lampiões**. 2000. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2000. 313p.